

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO - 16\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 30%.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o País	500\$00	380\$00
Para o estrangeiro	900\$00	740\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada não serão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

Despachos:

Nomeando os membros efectivos e suplentes do Conselho Deliberativo de S. Nicolau e o 1.º e 2.º substitutos do Delegado do Governo do referido Concelho.

Gabinete do Primeiro Ministro

Direcção-Geral da Função Pública.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

o

NOTA: — No dia 31 de Julho passado, foi publicado um Suplemento ao Boletim Oficial n.º 30, com o seguinte sumário:

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 61/80:

Altera as Pautas Aduaneiras em vigor.

Decreto n.º 62/80:

Altera os quadros do pessoal do Ministério da Justiça, dos Tribunais e dos Serviços do Ministério Público.

Decreto n.º 63/80.

Altera a tabela de ajudas de custo por deslocações ao estrangeiro.

Decreto n.º 64/80.

Nomeia o Dr. Jorge Maurício, Presidente do Conselho de Administração da NAGUICAVE.

Decreto n.º 65/80.

Dá por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Carlos Alberto Barreto de Carvalho Veiga, como Presidente do Conselho de Administração da NAGUICAVE.

Decreto n.º 66/80.

Dá por finda a comissão de serviço do Dr. Jorge Maurício, como Director-Adjunto do Instituto de Seguros e Previdência Social.

Gabinete do Primeiro Ministro

Direcção-Geral da Função Pública:

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Despacho

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, nomeio os cidadãos abaixo designados como membros do Conselho Deliberativo de S. Nicolau:

Efectivos:

- António Rodrigues Gomes, funcionário;
- Daniel Brazão de Barros, pastor evangélico;
- Joaquim Matias Gomes, trabalhador;
- José Miguel Azancoth, funcionário;
- António Sousa Pinto Frederico, funcionário;
- José Alves dos Santos, camionista;
- Maria Natalina Maximiano Fonseca, funcionário;
- Elias Isidoro Almeida, comerciante.

Suplentes:

- Pedro Joaquim Soares, trabalhador;
- António Manuel dos Santos, comerciante;
- Miguel Gomes Monteiro, proprietário.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 1 de Agosto de 1980.
— O Primeiro-Ministro, Pedro Pires

Despacho

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 47/75 de 15 de Novembro, nomeio os cidadãos abaixo mencionados para exercerem as funções de 1.º e 2.º substitutos do Delegado do Governo no concelho de S. Nicolau:

António Rodrigues Gomes — 1.º substituto;
Daniel Brazão de Barros — 2.º substituto.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 1 de Agosto de 1980.
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho

Direcção-Geral da Função Pública

Despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 1 de Julho de 1980:

José Emanuel Mendes Tavares, condutor-auto do Ministério da Educação e Cultura — concedida licença registada, por um período de 6 meses, com início a partir de 1 de Julho de 1980.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 6 de Junho de 1980:

Lígia Maria Lopes Araújo — nomeada para provisoriamente, exercer o cargo de técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 16.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 25 de Junho de 1980).

De 23:

João José Brito Neves, empregado bancário — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 19 de Junho de 1980, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deverá ser evacuado para o exterior, a fim de ser observado e tratado em centro especializado em Cardiologia por se encontrarem esgotados os recursos locais de diagnóstico e tratamento e a sua vida perigar com a permanência no país.»

De 28:

José João da Luz — contratado para, nos termos do artigo 47.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de condutor-auto de 3.ª classe da Direcção-Geral de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 16.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 25 de Junho de 1980).

Filomena Maria Nobre Ferreira, monitora de infância, contratada, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — concedidos 15 dias de licença registada.

De 4:

Brunete Virgínia Chantre Monteiro Sena, escriturária de 3.ª classe da Empresa Pública de Abastecimento — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 3 de Julho de 1980, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra apta a retomar o serviço.»

De 27:

Maria Luísa Brito Lima Velosa Monteiro Pinto, esposa do director do Liceu «Ludgero Lima», José Augusto Monteiro Pires — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 12 de Junho de 1980, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada com urgência para o exterior e ser presente a uma consulta de Oftalmologia, em virtude de estarem esgotados os recursos locais de diagnóstico e terapêutica e haver risco de incapacidade permanente no país. Evacuar para Portugal.»

De 29:

Por conveniência de serviço são colocados nas localidades abaixo designadas os seguintes técnicos profissionais de 1.º nível de 3.ª classe (enfermeiros):

No Hospital da Praia:

- 1 — Antero Teixeira
- 2 — Catarina Monteiro Rodrigues.
- 3 — João Pedro dos Santos Cardoso (destacado na Delegacia de Saúde da Praia).
- 4 — José Monteiro de Pina.
- 5 — Maria Isabel de Pina Barros.
- 6 — Maria Antónia Conceição Lopes Barros.
- 7 — Maria Olavo Baptista Rodrigues.
- 8 — Maria do Rosário de Pina.
- 9 — Marcelina Martins de Carvalho.
- 10 — Maria Odeth dos Santos Pereira Silva.
- 11 — Maria Alice Andrade da Silva (destacada na Achada de Santo António).
- 12 — Maria Marcelina Fernandes de Pina.
- 13 — Carlos Alberto Pina Moeda.

No Hospital de S. Vicente:

- 14 — Amélia Gomes Timas.
- 15 — Carlos Alberto Barbosa Fernandes.
- 16 — Lígia Maria Lopes Araújo,
- 17 — Olinda Peggy Toibe Schofield.
- 18 — Amélia Pereira Dias dos Santos.
- 19 — Iolanda Cruz Duarte Lubrano.
- 20 — Silvestre Pereira Fortes.
- 21 — Luíza Correia da Cruz Almeida.

Nas outras estruturas:

- 22 — António de Pina Pereira Cardoso, Posto Sanitário da Furna — Brava.
- 23 — Pedro Lopes Afonso, Delegacia de Saúde da Brava.
- 24 — Benvinda Rosa Carvalho, Delegacia de Saúde do Fogo (PMI).
- 25 — Joana Filomena Barros Dias, Delegacia de Saúde do Fogo (PMI).
- 26 — Lucelina Dias da Fonseca, Delegacia de Saúde do — Fogo.
- 27 — Mário César Nunes de Pina Rodrigues Pires — Delegacia de Saúde de Fogo.

- 28 — Sebastião Henrique Barbosa Júnior, Posto Sanitário de Ponta Verde — Fogo.
- 29 — Júlio Dinis Silva Mendes, Posto Sanitário dos Mosteiros.
- 30 — Ilídio Filomena Évora Santos, Posto Sanitário da Ribeira da Barca.
- 31 — José Manuel Sanches, Posto Sanitário dos Órgãos.
- 32 — José António Vieira Teixeira Cardoso, Posto Sanitário dos Picos.
- 33 — Maria Paula Mendes Fernandes de Oliveira, Delegacia de Saúde de Santa Catarina.
- 34 — Maria Rosalina Lopes, Delegacia de Saúde de Santa Catarina.
- 35 — Maria Augusta Tavares de Pina Fernandes, Posto Sanitário de Pedra Badejo.
- 36 — Maria Santa Rita Vieira Andrade, Delegacia de Saúde da Ribeira Grande.
- 37 — Elizabeth do Rosário Silva, Delegacia de Saúde da Ribeira Grande.
- 38 — Maria Lívramento Rodrigues Alves, Delegacia de Saúde da Ribeira Grande (PMI).
- 39 — Bernardo João Neves, Posto Sanitário da Ribeira da Cruz — Santo Antão.
- 40 — Maria Francisca da Circuncisão Santos, Delegacia de Saúde de Porto Novo (PMI).
- 41 — Celso Neves Dias, Posto Sanitário da Janela — Santo Antão.
- 42 — José Pedro Lopes e Castro, Posto Sanitário de Alto Mira — Santo Antão.
- 43 — Lizette Prudência Soares Duarte, Delegacia de Saúde do Porto Novo.
- 44 — Maria de Lourdes Costa Delgado, Delegacia de Saúde da Ribeira Grande.
- 45 — António Emílio dos Reis Borges, Posto Sanitário de Chã de Igreja — Santo Antão.
- 46 — Arciolina Arcângela Gomes Fonseca, Delegacia de Saúde da Ribeira Grande (PMI).
- 47 — Maria Celestina Lima Barros Ramos, Delegacia de Saúde da Boa Vista.
- 48 — Luísa Medina Pires, Posto Sanitário de Santana.
- 49 — Filomena de Pina Pereira Barreto, Delegacia de Saúde de S. Nicolau.
- 50 — Manuel António Duarte, Posto Sanitário de Fajã — S. Nicolau.
- 51 — Maria do Céu Gomes, Delegacia de Saúde do Sal.
- 52 — Amélia Maria Gomes Monteiro Silos Brito, Delegacia de Saúde do Sal.
- 53 — José Silva Brito, Delegacia de Saúde do Sal.
- 54 — Maria Teresa Risoleta Ramos, Delegacia de Saúde do Sal.
- 55 — Alexandre Ramos Lopes, Posto Sanitário de S. João Baptista — Boa Vista.
- 56 — Alexandrina Pereira Barros, Delegacia de Saúde de Santa Catarina.

Após a publicação no *Boletim Oficial* do despacho de nomeação dos técnicos profissionais acima referidos deverão dirigir-se aos Concelhos onde são colocados, a fim de tomarem posse do cargo.

Concedo delegação aos Delegados de Saúde ou quem de suas veses fizer, a competência para empossar os funcionários acima citados.

O original e duas vias do termo de posse deverão ser enviados à Secretaria-Geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.

Por conveniência do serviço são transferidos os seguintes técnicos profissionais do 1.º nível (enfermeiros) da Direcção-Geral de Saúde conforme que segue:

José Fernandes de Carvalho, técnico profissional do 1.º nível de 1.ª classe (enfermeiro), em serviço na Delegacia de Saúde de Boa Vista — colocado no Hospital da Praia.

Mariza L. T. Fernandes de Carvalho, técnico profissional do 1.º nível de 1.ª classe (enfermeira) em serviço na Delegacia de Saúde da Boa Vista — colocada no Hospital da Praia.

João Augusto de Andrade, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeiro) em serviço no Posto Sanitário de S. João Baptista da Boavista — colocado no Hospital de S. Filipe.

Uostelino Amaranante de Oliveira, técnico profissional do 1.º nível de 2.ª classe (enfermeiro) em serviço no Posto Sanitário de Fajã de S. Nicolau — colocado no Hospital da Praia.

Mário Júlio de Sousa, técnico profissional do 1.º nível de 1.ª classe (enfermeiro) em serviço no Posto Sanitário dos Órgãos — colocado no Hospital da Praia.

Jacinto Diniz Silva, técnico profissional de 1.º nível de 1.ª classe (enfermeiro) em serviço no Posto Sanitário de Santa Maria do Sal — colocado no Hospital de S. Vicente.

Constantina Maria Brito, técnico profissional do 1.º nível de 1.ª classe (enfermeira) em serviço no Posto Sanitário dos Picos — colocada no Hospital da Praia.

Alice Benchimol Monteiro, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeira) em serviço no Posto Sanitário da Ribeira da Barca — colocada no Hospital da Praia.

Ana de Lourdes Rodrigues Cabral, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeira) em serviço no Posto Sanitário de Santana — colocada no Hospital da Praia.

Tomaz Manuel Delgado, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeiro) em serviço na Delegacia de Saúde do Porto Novo — colocado no Hospital de S. Vicente.

Paulo Emílio Glicério, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe em serviço no Posto Sanitário de Janela — colocado na Delegacia de Saúde do Porto Novo.

José Santos Baptista, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeiro) em serviço na Delegacia de Saúde da Ribeira Grande — colocado no Hospital de S. Vicente.

Alberto Correia, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeiro) em serviço no Posto Sanitário de Chã de Igreja (Santo Antão) — colocado no Hospital de S. Vicente.

Magda Barbosa Amado G. N. Brito, chefe de serviço administrativo dos Serviços dos Correios e Telecomunicações, — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 24 de Julho de 1980, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para o exterior para um centro especializado em Endocrinologia para controle laboratorial do quadro de que é portadora».

Evacuar para Portugal.

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 21 de Abril de 1980:

Determina que Arlindo João Delgado, escrivão-condutor de nomeação provisória, com mais de 3 anos na categoria transite, nos termos do artigo 144.º, conjugado com o artigo 150.º, ambos do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, na mesma situação, para a categoria de ajudante de escrivão de direito, na 1.ª classe, com efeitos retroactivos à data de 1 de Janeiro de 1980, continuando, no entanto, a exercer, interinamente, as funções de escrivão de Direito de 2.ª classe, com colocação no Tribunal Judicial da Região de 2.ª classe de Santo António. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 24 de Julho de 1089).

De 14 de Maio:

Alexandrino Manuel Augusto Aquino Pereira da Silva Correia — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de ajudante de escrivão de Direito de 2.ª classe, ficando colocado no Tribunal Judicial da Região de 2.ª classe do Fogo.

De 19 de Junho:

José Luís da Conceição Fernandes — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de oficial de diligências de 3.ª classe do quadro dos Tribunais Judiciais, ficando colocado no Tribunal Sub-Regional da Brava.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 18 de Julho de 1980).

Por urgente conveniência de serviço, deverá entrar imediatamente no exercício do cargo, sem dependência prévia do visto ou da publicação, nos termos do artigo 2.º n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 30 de Julho de 1980):

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 29.º, do orçamento vigente.

De 20:

José Luís Ramos Frederico, 2.º oficial, provisório da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, colocado na Delegação dos Registos da Ribeira Grande — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de 1.º oficial da mesma Direcção-Geral.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 53.º, do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 25 de Julho de 1980).

De 10 de Julho:

Alberto Martins, aspirante de nomeação definitiva da quadro dos Tribunais Judiciais, colocado no Tribunal Civil da Região Judicial de 1.ª classe da Praia — transferido, a seu pedido, na mesma categoria e situação, para o Tribunal Criminal da mesma Região Judicial.

De 15:

Alberto Vieira Martins, carcereiro da Cadeia Civil da Região Judicial de 2.ª classe de Santa Catarina — exonerado, por conveniência de serviço, das referidas funções, com efeitos a partir da data da publicação do presente despacho no *Boletim Oficial*.

De 18:

Designa o camarada Máguas Dias de Sousa, oficial do Registo Civil de Santa Catarina, para, cumulativamente com as suas funções, exercer as de 1.º substituto do Procurador da República da Região de 2.ª classe de Santa Catarina.

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento:

De 10 de Junho de 1980:

Carla Maria Rodrigues Coelho de Brito — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de escriturário-dactiló grafo de 2.ª classe da Direcção-Geral de Estatística.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 16.º, artigo 129.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 25 de Julho de 1980).

Extractos de renovação de contrato:

De 25 de Fevereiro de 1980:

Luís Fernandes dos Santos Correia de Mendonça, licenciado em Direito — renovado, ao abrigo do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, o contrato para prestação de serviço como jurista, do Ministério da Justiça, com direito à remuneração mensal de 15 000\$.

Isabel Maria Lopes Jordão, licenciada em Direito — renovado, ao abrigo do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, o contrato para prestação de serviço como jurista do Ministério da Justiça, com direito à remuneração mensal de 15 000\$.

As presentes renovações de contratos têm a duração de um ano, com efeitos a partir de 25 de Fevereiro de 1980.

Os encargos resultante das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 18.º, do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 10 de Julho de 1980).

Extracto de Contrato:

De 27 de Junho de 1980:

Maria Damásia Pereira Pestana Macedo, habilitada com o curso de enfermeira geral — contratada ao abrigo do Acordo de Cooperação, para prestação de Serviço como enfermeira da Direcção-Geral de Saúde, com direito à remuneração mensal de 6 380\$.

O encargo resultante do presente contrato tem cabimento na dotação do capítulo 3.º, artigo 16.º da tabela de despesa do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 16 de Julho de 1980).

Lista provisória dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso documental para preenchimento de vagas para Magistrados Sub-Regionais a que se refere o aviso publicado no *Boletim Oficial* n.º 9, de 1 de Março último, homologada por despacho do Camarada Ministro da Justiça, de 16 de Junho de 1980:

Admitidos:

1. Boaventura José dos Santos.
2. Carlos Leopoldino de Almeida a).
3. José Gomes de Pina a).

4. José Maria Ramos a).
5. Júlio dos Reis Mascarenhas.
6. Manuel Filipe Soares.
7. Mário dos Santos Marques.

Excluídos:

Marcelino José Lopes b).

a) Devem apresentar, no prazo de 20 dias, os documentos comprovativos de que reúnem uma das condições referidas nas alíneas a) e b) do aviso do concurso e o certificado de registo criminal;

b) Por já ser Magistrado de nomeação definitiva.

Lista definitiva dos candidatos admitidos ao concurso para segundos e terceiros oficiais dos quadros do Ministério do Desenvolvimento Rural, conforme aviso publicado no *Boletim Oficial* n.º 13/80, de 29 de Março:

Para 2.º oficiais:

José Rui de Sena.
Eduardo Alves Almada.
Lourenço Carvalho.

Para 3.º oficiais:

João Simão Almeida Lopes.

COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica que o contrato da cooperante do Centro de Documentação Técnica e Científica da Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento, Maria Manuel Lopes da Silva, expirou no dia 30 de Junho do corrente ano.

Para os devidos efeitos se comunica que foram visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas nas datas que a seguir se indicam os diplomas de provimento dos seguintes docentes:

Em 10 de Julho de 1980:

Escola Preparatória de Santa Catarina:

Maria Leopoldina dos Reis Borges Ortet.
Marcelino Rodrigues Fernandes.
Boaventura José dos Santos.

De 11:

Emanuel Pereira Silva.

De 18:

Lereno Gomes.
Domingos Gonçalves Correia.
Angélica Santos de Almeida.
Edith Gomes da Silva.
Artur Domingos Mendes Cardoso.
Fátima Maria Moraes.
Armanda Leonor da Silva Vieira.
Arminda Maria Rodrigues Monteiro.
Leontina Fernandes Correia.
Mercedes Orlanda Lima Spencer.
Maria da Glória Tavares de Pina Cardoso.
Rosa Maria Barbosa Vicente Oliveira.
Maria da Purificação de Jesus Teixeira.
Mário da Veiga Furtado.
Maria Domingas Gomes.
Cipriano Mendes Teixeira.
Maria de Jesus Mendes Semedo.

Maria Luzia Cardoso Tavares.
Perpétua Beltrão Almeida Duarte.
Ilídio Barbosa Vicente.
Virgolino da Veiga Tavares.
Helena Augusta Costa Pinheiro.
Adalberto Lima Lopes.
João Costa Tavares.
Tomázia Neves Teixeira, Júnior.
Manuel Baptista Costa.
António Cardoso.
Lourenço Martins Fernandes.
Lúcia Monteiro da Veiga.
Lumena Gomes Andrade.

Escola Preparatória Jorge Barbosa:

Armando Caetano Soares.

Escola Preparatória do Sal:

Maria Alice Duarte Fonseca Rodrigues.
Lucinda Maria Oliveira.
António Manuel Neves.
Pedro Almeida Neves.

Para os devidos efeitos se comunica que foi visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 30 de Julho último, o diploma de provimento do professor de Psicologia e Educação Musical da Escola do Magistério Primário, Henrique Teixeira de Oliveira.

São avisados os candidatos aos concursos para segundos e terceiros oficiais dos quadros do Ministério do Desenvolvimento Rural, conforme aviso publicado no *Boletim Oficial* n.º 13/80, de 29 de Março, que as provas terão lugar nos dias e horas, a seguir indicados, numa das salas desse Ministério:

Para 2.º oficiais:

Dia 31 de Julho de 1980 — pelas 9 00 horas.

Para 3.º oficiais:

Dia 1 de Agosto de 1980 — pela 9 00 horas.

Para os devidos efeitos se comunica que o Dr. António Pedro da Costa Delgado, nomeado técnico superior de 3.ª classe, provisório, por despacho de 23 de Março de 1980, visado em 11 de Abril de 1980, no *Boletim Oficial* n.º 20, de 17 de Maio de 1980, tomou posse do referido cargo em 10 de Junho de 1980, com efeito retroactivo a partir de 14 de Fevereiro de 1980, data em que iniciou as suas funções.

Para os devidos efeitos se comunica que Maria Antónia de Jesus de Pina Veiga, tomou posse de auxiliar de administração provisória, em 11 de Junho de 1980, cargo para que havia sido nomeada em 2 de Junho de 1980 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 22/80.

Para os devidos efeitos se comunica que é a seguinte a constituição do júri do concurso de promoção para o provimento de uma vaga de 2.º oficial do quadro da Direcção-Geral da Cooperação, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 13, de 29 de Março de 1980:

Presidente:

Manuel de Oliveira Tolentino, chefe de Departamento da Direcção-Geral da Cooperação.

Vogais:

Lindaure Silva Andrade, secretária do Gabinete da Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento;
 Maria Aidil Amália Scares de Carvalho, 1.º oficial da Direcção-Geral da Função Pública.

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacata no *Boletim Oficial* n.º 23/80, de 7 de Junho, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 11 de Abril de 1980:

Jorge Lopes Wannon, funcionário aposentado — assalariado para, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 21/76, de 6 de Março, exercer o cargo de 1.º oficial da Direcção-Geral da Administração Interna, com colocação no Secretariado Administrativo do concelho de S. Nicolau.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 82.º do orçamento. — (Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 29 de Maio de 1980).

A relação dos diplomas de provimento de professores visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas e publicado no *Boletim Oficial* n.º 21/80:

Onde se lê:

Mirandolina Lima Silva.

Deve ler-se:

Mirandolina Lima Rosário,

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 2 de Agosto de 1980. — O Director-Geral, Jorge Manuel Soares de Brito.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

BANCO DE CABO VERDE

Praia (Santiago)

Direcção das Relações com o Estrangeiro
e do Controlo de Câmbios

Cotações de câmbios

Em 28/07/80

N.º 51/80

Praças	Unidades e divisas	Compra	Venda
Londres	1 Libra	92\$96	94\$90
Lisboa	100 Escudos	79\$50	81\$29
New York... ..	1 Dólar	38\$91	39\$52
Amesterdão	100 Florins	2 043\$75	2 086\$77
Bruxelas	100 Francos	139\$75	142\$70
Copenhague	100 Coroaas	722\$01	737\$31
Estocolmo	100 Coroaas	945\$40	965\$41
Frankfort R.F.A.	100 D. Mark	2 234\$96	2 281\$89
Helsinquia... ..	100 Markkas	1 080\$03	1 102\$52
Oslo	100 Coroaas	808\$84	825\$94
Otava... ..	1 Dólar	33\$72	34\$26
Paris	100 Francos	963\$71	981\$50
Pretória	1 Rand	50\$50	51\$92
Roma	100 Liras	4\$701	4\$801
Tóquio	100 Iene	17\$233	17\$607
Viena	100 Xelins	315\$23	321\$84
Zurique	100 Francos	2 431\$55	2 482\$71
Madrid	100 Pesetas	54\$80	55\$97
Dakar... ..	100 C. F. A.	19\$274	19\$630
«Clearings»			
Bissau	100 Pesos	100\$00	100\$00

Cotações de câmbios

Em 31/7/80

N.º 52/80

	Notas	Compra	Venda
Londres	1 Libra	93\$08	95\$00
Lisboa	100 Escudos	79\$53	81\$30
New York... ..	1 Dólar	39\$36	39\$97
Amesterdão	100 Florins	2 042\$24	2 084\$77
Bruxelas	100 Francos	139\$44	142\$35
Copenhague	100 Coroaas	721\$71	736\$84
Estocolmo	100 Coroaas	949\$91	969\$78
Frankfort R.F.A.	100 D. Mark	2 228\$70	2 275\$03
Helsinquia... ..	100 Markkas	1 083\$48	1 105\$79
Oslo	100 Coroaas	810\$47	827\$41
Otava... ..	1 Dólar	33\$87	34\$41
Paris	100 Francos	961\$64	979\$18
Pretória	1 Rand	51\$08	52\$51
Roma	100 Liras	4\$718	4\$818
Tóquio	100 Iene	17\$361	17\$733
Viena	100 Xelins	314\$74	321\$27
Zurique	100 Francos	2 418\$34	2 468\$71
Madrid	100 Pesetas	54\$96	56\$12
Dakar... ..	100 C. F. A.	19\$232	19\$584
«Clearings»			
Bissau... ..	100 Pesos	100\$00	100\$00

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 31 de Julho de 1980. — Pela Direcção, Antão Lopes da Luz.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral das Alfândegas

Alfândega da Praia

EDITAL

Daniel Andrade Sousa, director da Alfândega da Praia.

Nos termos do disposto no artigo 675.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 45 199, de 29 de Setembro de 1960, faço saber que no próximo dia 18 de Agosto às dez (10) horas no recinto desta Alfândega se procederá à venda em hasta pública (1.ª praça), da mercadoria abaixo discriminada e constante do processo administrativo n.º 18/80.

Lote único: — Constituído por 20 carteiras e mais 10 maços de cigarros SG gigante com o peso bruto de 12 quilos e líquido de 10.963 quilos de origem portuguesa, na base de licitação de 5 124\$00.

A mercadoria será arrematada no estado em que se encontra e o valor da praça será acrescido da percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

E para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 29 de Julho de 1980. — O director, Daniel Andrade Sousa.

Secretaria de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato

Direcção-Geral do Comércio

AVISO

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 11 de Julho corrente emanado da Secretaria de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato, foram fixados os seguintes preços da carne congelada para vigorarem no Mindelo e na ilha do Sal:

	quilo
Carne 1.ª (limpo)...	230\$00
Carne 2.ª...	190\$00
Carne 3.ª...	110\$00
Osso...	70\$00
Sebo...	40\$00

Direcção-Geral do Comércio, na Praia, 21 de Julho de 1980. — Pelo director-Geral, *Oswaldo Pereira*.

o

Montepio dos Servidores do Estado

ÉDITOS DE 90 DIAS

(2.ª publicação)

Para os devidos efeitos se faz saber que, por óbito de Américo Medina que foi piloto-prático de 2.ª classe da Direcção-Geral de Marinha e Portos, associado do Montepio, a sua viúva Maria Amélia Medina, requereu a concessão da pensão deixada pelo extinto.

Ficam por estes éditos avisados quaisquer interessados para, no prazo de 90 dias, a contar da segunda e última publicação deste aviso no *Boletim Oficial* deduzirem os seus direitos à mesma pensão, ou impugnarem os da requerente.

Findo o prazo dos éditos, a Direcção julgará as reclamações, se as houver, e autorizará ou não a concessão da pensão, conforme for de direito.

Secretaria do Montepio dos servidores do Estado, na Praia, 25 de Julho de 1980. — O secretário da Direcção, *Daniel Andrade Sousa*.

(n.º 107)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

o

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Cartório Notarial da Região da 1.ª Classe da Praia

Notário: **JORGE RODRIGUES PIRES**

(JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL)

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas, número quatro barra A, de folhas dezassete, verso, a dezanove, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial, com a data de doze de Junho de mil novecentos e oitenta, na qual, Cesário Lopes Vaz, solteiro, maior, mecânico, natural da ilha de Santiago, residente em Achadinha, subúrbios desta cidade, se declara dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: «Um prédio, moradia, rés-do-chão, situado em Achadinha de Baixo, construído de pedra com argamassa de cimento e areia, coberto de laje de betão armado, com nove compartimentos, dois quartos de banho, duas cozinhas, uma ga-

ragem com dois compartimentos, uma varanda e um páteo na frente, todos cimentados, rebocados e pintados a tinta de água por dentro e fora, tendo ainda no referido prédio dezassete compartimentos no primeiro andar, incluindo dois quartos de banho e duas cozinhas em construção, cobertos com laje de betão armado, rebocados e cimentados, que confronta do Norte com Teresa Gomes, Sul com terrenos dos herdeiros de Gustavo Carlos da Fonseca, Leste com a via pública e Oeste com João Ferreira Moreno, inscrito na matriz da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o número dois mil quatrocentos e setenta e nove com o rendimento colectável de vinte mil e quatrocentos escudos a que corresponde o valor matricial de quatrocentos e oitenta mil escudos, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos desta Região, conforme se vê da certidão negativa lá passada, datada de quinze de Maio do ano em curso, documento que arquivo para os efeitos legais.

Que o outorgante não adquiriu este prédio por contrato, nem por sucessão, mas por título de aquisição originário, por o ter construído com o seu trabalho e com o seu material empregado nessa construção.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir a falta de título escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade, com referência ao mencionado prédio.

Está conforme ao original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos dezassete dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e oitenta. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art. 18.º, n.ºs 1 e 2 ...	60\$00
Cofre geral de justiça ...	6\$00
Taxa de reembolso ...	2\$00
Seios ...	25\$00
Soma ...	93\$00

São: (noventa e três escudos).

Conferida por, *Jorge Rodrigues Pires*. — Registada sob o número 1480/80.

Dep. n.º 109/80 — 108

Notário: **JORGE RODRIGUES PIRES**

(JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL)

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas, n.º 5/A, de folhas 34 a 35v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, com a data de 21 de Julho de 1980, na qual Joaquim Pinto Fernandes, casado sob o regime de comunhão geral de bens com Júlia Vieira Moreno, motorista, natural da ilha de Santiago, residente em Achadinha de Cima, subúrbios desta cidade se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor do seguinte prédio: «Um prédio urbano, rés-do-chão, situado em Achadinha de Cima, construído de alvenaria de pedra, com argamassa de cimento e areia, rebocado e pintado a tinta de água por dentro e fora, composto de um corredor, uma sala de visita, uma sala de jantar, cinco quartos de dormir, uma arrecadação, quarto de banho e retrete, todos cimentados e cobertos com laje de betão armado e um pequeno quintal cimentado, que confronta do Norte com o proprietário Joaquim Pinto Fernandes, do Sul com uma rua e Tomé Vaz da Veiga, do Leste com um beco e Francisco Duarte e do Oeste com Guilhermina Vaz de Carvalho, inscrito na matriz da freguesia de Nossa Senhora da Graça, sob o n.º 2551, com o rendimento colectável de 10 200\$00, a que corresponde o valor matricial de 204 000\$00, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos desta Região, conforme se vê da certidão negativa lá passada, datada de 4 do mês em curso.

Que o outorgante não adquiriu este prédio por contrato, nem por sucessão, mas por título de aquisição originário, por o ter construído com o seu trabalho e com o seu material empregado nessa construção.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir a falta de título

escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade, com referência ao mencionado prédio.

Está conforme:

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 21 do mês de Julho de 1980. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art. 18.º, n.ºs 1 e 2	70\$00
Art. 25.º, 1, b)	70\$00
Cofre geral de justiça	14\$00
Taxa de reembolso	3\$00
Selos	25\$00

Soma 182\$00

São: (cento e oitenta e dois escudos).

Conferida por, *Jorge Rodrigues Pires*. — Registada sob o número 1938/80.

Dep. n.º 105/80 — 109

NOTÁRIO: JORGE RODRIGUES PIRES.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas, n.º 4/A, de folhas 1 v.º, a 2 v.º, se encontra anexada uma escritura de Justificação Notarial, com a data de 4 de Julho de 1980, na qual Maria Oclívia Furtado Frederico, casada sob o regime de comunhão geral de bens com Cipriano Cabral Semedo, professor de posto escolar, contratado, natural da ilha de Santiago, residente em Achadinha, subúrbios desta cidade, se declara com excusão de outrem, dona e legítima possuidora, do seguinte prédio: «Um prédio urbano, moradia, rés-do-chão, situado em Achadinha de Cima, constituído de pedra com argamassa de cimento e areia, rebocado e caído por dentro e fora, as coberturas são de laje de betão armado, que se compõe de um corredor, uma sala comum, dois quartos de dormir, uma cozinha, quarto de banho, retrete, quarto de dormir para empregados, uma arrecadação todos cimentados e quintal cimentado, que confronta do Norte com Ana Milú Rosa, Sul com Antónia Mendes Furtado, Leste com terrenos baldios e Oeste com Paulo Gomes, inscrito na matriz da freguesia de Nossa Senhora da Graça, sob o n.º 2.473, com o rendimento colectável de 5 100\$00, a que corresponde o valor matricial de 102 000\$, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos desta Região, conforme se vê da certidão negativa lá passada e dada de 23 de Janeiro do ano em curso.

Que a outorgante não adquiriu este prédio por contrato, nem por sucessão, mas por título de aquisição originário, por o ter construído com o seu trabalho e com o seu material empregado nesta construção.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir a falta de título escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme ao original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos vinte e três dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e oitenta. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art. 18.º, n.ºs 1 e 2	70\$00
Cofre geral de justiça	7\$00
Taxa de reembolso	3\$00
Selos	25\$00

Soma 105\$00

São: (cento e cinco escudos).

Conferida por, *Jorge Rodrigues Pires*. — Registada sob o n.º 1900/80.

Dep. n.º 106/80 — 110

NOTÁRIO: JORGE RODRIGUES PIRES:

HABILITAÇÃO NOTARIAL

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que por escritura pública lavrada em onze de Junho de mil novecentos e oitenta neste Cartório, de folhas noventa e quatro, verso, a noventa e cinco, verso, do livro de notas para escrituras diversas, número três barra A, foi celebrada uma escritura de Habilitação Notarial por óbito de Ermelinda Fernandes Bento, de 62 anos de idade, comerciante, proprietária, no estado de viúva de José de Oliveira Bento, a qual era natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz da ilha do Maio, filha de António Bento, residente que foi nesta cidade, sem testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade.

Mais certifico que na operada escritura foi declarada como única herdeira a sua filha Margarida Bento, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Bouh Sidi Mahmoud, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nesta cidade.

Passada na cidade da Praia e no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos vinte e três dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e oitenta. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

Dep. n.º 107/80 — 111)

o

Tribunal Regional de 1.ª Classe de S. Vicente

ANÚNCIO JUDICIAL

(1.ª publicação)

Para os devidos efeitos se faz saber que, pelo Juízo de Direito desta Região, na acção ordinária (divórcio litigioso), registada sob o n.º 41/80, pendente neste Juízo, movida pelo autor Manuel Nicolau Monteiro, marítimo, natural desta ilha, domiciliado no sítio de Fonte Filipe, porta n.º 2, contra Maria de Fátima Silva, natural desta ilha, onde residia no dito sítio de Fonte Filipe, porta n.º 2, actualmente ausente em parte incerta de Portugal, é esta ré citada para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de vinte dias, que começa a correr depois de finda a dilação de dez dias contada da segunda e última publicação deste anúncio.

Cartório do Juízo de Direito da Região de Primeira Classe em S. Vicente, aos 7 de Julho de 1980. — O Juiz de Direito *Belmiro Monteiro Gil*.

O Escrivão de Direito, *João Baptista Rodrigues*.

(n.º 112)

ANÚNCIO JUDICIAL

Para os devidos efeitos se faz saber que, pelo Juízo de Direito desta Região, nos autos de acção de estado de pessoa com processo ordinário (investigação de paternidade ilegítima), registados sob o n.º 25/80, pendente neste Juízo, movida pela autora Venância Sousa Andrade, solteira, maior, empregada doméstica, residente no estrangeiro, presentemente de passagem por esta cidade, contra Benvidino Varela Duarte, de 17 anos de idade, José Varela Duarte, de 15 anos de idade, representados por sua mãe Eva Medina Varela, solteira, maior, doméstica, residente em parte incerta de S. Tomé e Príncipe, e Filomeno Silva Duarte, solteiro, maior, residente em parte incerta do estrangeiro, são estes réus citados para contestarem, apresentando as suas defesas no prazo de vinte dias, que começará a correr depois de finda a dilação de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio.

Cartório do Juízo de Direito da Região de Primeira Classe de S. Vicente, em Mindelo, 3 de Julho de 1980. — O 1.º substituto do Juiz de Direito, em exercício, *illegível*.

O Escrivão de Direito, *João Baptista Rodrigues*

(n.º 113)